

Como vai ficar o crédito, agora.

O crédito internacional, de agora em diante, será bem mais moderado e bem mais seletivo, com dificuldades bem maiores para os países financiarem seus desequilíbrios de balanço de pagamentos. A previsão foi feita ontem, durante conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), pelo presidente do Banco Central, Carlos Geraldino Langoni. Depois, em entrevista coletiva, ele afirmou que as recentes medidas elevando o depósito compulsório e dificultando as operações cambiais mostram que o governo Figueiredo é responsável, e que o calendário econômico não obedece ao calendário político.

As previsões do empresário Antonio Ermírio de Moraes, para quem o País fatalmente terá de recorrer ao FMI e não deixará de enfrentar uma recessão no próximo ano, foram classificadas como precipitadas e sem fundamento" por Langoni, para quem elas estão dentro do mesmo espírito das que vaticinavam a ida do Brasil ao FMI em 1981, "sendo que até agora atraímos esse período incômodo".

Para Langoni, o Brasil "tem gás" para escapar do FMI, pois o País precisa de quatro bilhões de dólares para fechar o balanço de pagamentos deste ano e, na pior das hipóteses, a persistir a crise de liquidez no mercado, podemos usar nossas reservas cambiais, que atingem sete bilhões de dólares.

Ajustamento voluntário

De qualquer forma, explicou Langoni em sua conferência na ESG, o Brasil terá condições de fazer um "ajustamento voluntário", sem necessidade de recorrer à renegociação da dívida. Ele criticou a corrente de economistas que pede a renegociação, classificando essa solução como "mágica ou ingênua". Negando também que o ajustamento voluntário leve à recessão econômica, "porque temos alguns fatores positivos, como a queda dos preços do petróleo e dos juros, e a reativação do comércio internacional, que nos darão algum espaço para crescer".

O presidente do Banco Central historiou a atual crise de liquidez internacional, mostrando que desde 1973 os bancos privados se transformaram no grande canal de reciclagem dos petrodólares, girando com cerca de 2 trilhões de dólares, quase sempre para a correção de déficit de balanço de pagamentos. Nos últimos anos, o sistema financeiro internacional tem sido submetido a uma série de choques exógenos, criando uma nova dimensão de incerteza que não pode ser comparada aos riscos normais de mercado.

Segundo Langoni, problemas como o congelamento dos ativos iranianos, congelamento dos ativos argentinos, renegociação da dívida da Polônia, vários países da América Central, Argentina e mais recentemente México, além das falências e concordatas de grandes empresas e instituições na Europa e nos Estados Unidos, trouxeram um clima de quase pânico a esse mercado.

Por sua vez, a dívida líquida de longo prazo dos países em desenvolvimento ascende a 505 bilhões de dólares e como continuar a gerir a no futuro foi o problema colocado na reunião do FMI, em Toronto, infelizmente sem resposta. O Brasil defendeu a tese da elevação da base dos recursos do FMI, Banco Mundial e BID, como garantia do próprio sistema financeiro internacional. Na opinião de Langoni, "Toronto seria a grande oportunidade, mas o fracasso foi total, por culpa da insensibilidade dos Estados Unidos".

— Cerca de dois mil banqueiros e 150 presidentes de bancos centrais e ministros de finanças respiraram o pessimismo que se alastrou pelos corredores das salas de reunião do FMI. Esta reunião foi um desastre, e se durasse mais uma semana o mercado fecharia, mas pelo pessimismo reinante do que por fatos novos — disse Langoni.

Nessa conjuntura difícil, voltou a se discutir novamente a tese de se graduar o acesso do Brasil aos recursos institucionais do Banco Mundial e BID. Por outro lado, o acesso ao comércio internacional tem sido extremamente dificultado, não só pela recessão mundial e virtual fechamento de vários mercados, mas também pela ampliação de esquemas protecionistas e das pressões por parte dos países industrializados para a revisão drástica de mecanismos de incentivo às exportações.

Langoni mostrou que restam duas soluções: "a mágica que pede a renegociação sem o Fundo ou o Fundo sem a renegociação", ou a que o governo pretende seguir, a do ajustamento voluntário. Para ele, a falácia da renegociação é imaginar que ela possa, por si só, evitar ou adiar o processo de ajustamento. Na realidade, a renegociação leva necessariamente a um processo compulsório de ajustamento, muito mais doloroso do ponto de vista econômico e social e

de consequências políticas muito mais sérias.

Segundo Langoni, todas as posturas de renegociação partem do pressuposto absolutamente falso de que é possível tratar como comportamentos estanques a conta de comércio e a conta de capital no balanço de pagamentos. Na realidade, a credibilidade do País não pode ser segmentada. A suspensão de pagamentos das contas financeiras leva automaticamente à interrupção também dos créditos comerciais, cuja consequência seria um dramático corte de importações, com impacto recessivo, profundo e duradouro. Os exemplos do México e da Polônia apontam claramente nessa direção.

Resta o caminho do ajustamento voluntário. Para tanto, acha Langoni "que temos muita gordura para cortar". Os subsídios devem ser substancialmente reduzidos, bem como o déficit do setor público. Os planos e projetos de desenvolvimento devem ser adequados à capacidade de gerar recursos com poupança de origem interna. Para o presidente do Banco Central, o Brasil tem todas as condições de realizar esse ajustamento sem problemas de ordem social. Assim, terá que manter o realismo das taxas de juros, dos preços domésticos, do câmbio, da correção monetária e resistir às pressões imediatistas e aos interesses setoriais que muitas vezes reivindicam mudanças nesses parâmetros que se constituem no cerne de qualquer processo de ajustamento.

Na estratégia de médio prazo, Langoni considera essencial iniciar o processo de "modernização institucional" propondo um debate nacional sobre relações trabalhistas, salários, previdência social e, em particular, sobre os mecanismos de controle da ação do Estado na economia. A longo prazo, Langoni acredita que num mundo de capital e energia escassos e caros, o Brasil encontra-se no estágio privilegiado de poder beneficiar-se de amplas possibilidades para realizar as mudanças estruturais imprescindíveis para uma etapa de "crescimento com restrições externas". É um país aberto à assimilação de novas tecnologias, dispondo, inclusive, de uma razoável base de capital humano que permite a adaptação à nossa realidade da nova safra de inovações tecnológicas e estruturais que está para acontecer. A seu ver, é a conjugação das reformas institucionais e das mudanças estruturais de natureza tecnológica e alocativa que poderá completar de forma definitiva o processo de ajustamento da economia brasileira.

Tom político

Depois da conferência, em conversa com jornalistas, Langoni lembrou que as recentes medidas monetárias tomadas pelo governo buscam ajustar a economia brasileira à nova realidade internacional e significam o início de um processo em que vamos ter de fazer um enorme esforço para reduzir as pressões sobre as exportações, bairar a inflação e tornar nossa economia menos sensível à conjuntura externa.

Contudo, ele negou que esse processo vá levar o País, necessariamente, à recessão. Lembrou que este ano perdemos um bilhão de dólares com a queda dos preços das commodities e 2,4 bilhões com a alta das taxas de juros internacionais. Agora, ele acredita que a reativação do mercado internacional trará a recuperação dos preços das commodities e as taxas de juros externas devem estabilizar-se no patamar de 12%, enquanto os preços do petróleo devem declinar ligeiramente em termos reais. Estes fatores positivos, acredita Langoni, darão algum espaço para que possamos evitar a recessão.

E, de acordo com Langoni, "o presidente Figueiredo deu o tom político ao agir com presteza e não esperar o processo eleitoral para iniciar o processo de ajustamento que, quanto mais rápido, será menos doloroso". Quanto ao corte dos subsídios, disse que "a agricultura continuará a receber crédito privilegiado em 1983, que o subsídio será reduzido gradativamente em 1983 em termos de proporção no PIB e que a forma de financiar esse subsídio é que mudará".

Ele explicou também que os banqueiros se estão queixando sem razão, apesar de reconhecer que a elevação do depósito compulsório vai transferir a rentabilidade dos bancos para o governo, medida que deve ser encarada como contribuição social. Explicou que a elevação do compulsório é medida transitória, apenas para evitar excesso de liquidez na economia, como ocorreu em outubro do ano passado, numa expansão monetária que provocou novo surto inflacionário. Segundo o presidente do Banco Central, essa medida vai manter estável a atual situação monetária e o aumento incidirá apenas sobre o aumento dos depósitos, vigorando somente até janeiro de 1983.